

Conselho Superior

O Conselho Superior é o órgão máximo de deliberação do Comitê Gestor do IBS, responsável por definir as diretrizes, aprovar as normas gerais, supervisionar a execução orçamentária e assegurar o cumprimento das competências atribuídas pela legislação.

O colegiado é formado por 27 representantes dos Estados e do Distrito Federal e 27 representantes dos Municípios, garantindo paridade federativa e legitimidade decisória nas deliberações sobre o novo sistema tributário.

O Conselho Superior do CGIBS foi oficialmente instituído em 16 de maio de 2025, marcando o início formal da governança federativa do imposto e da transição para o novo modelo de gestão tributária previsto na EC nº 132/2023 e na LC nº 214/2025.

Presidência

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA

Presidente do Comitê Gestor do IBS

Flávio César tem 58 anos e nasceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Atualmente, é secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul (Sefaz-MS) e presidente do Comsefaz. É formado em Relações Públicas e pós-graduado em Gestão Integrada e Marketing pela Universidade Católica Dom Bosco.



Foi eleito vereador por dois mandatos em Campo Grande e esteve à frente da Comissão de Orçamento e Finanças, além de ter presidido a Câmara Municipal.

Atuou como secretário-adjunto e, posteriormente, como secretário de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul. Desde 2023, exerce o cargo de secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul. Em fevereiro de 2025, assumiu, por unanimidade, a presidência do Comsefaz para o biênio 2025–2027.

Em março de 2026, foi eleito, por unanimidade, o primeiro presidente do Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS em sua composição definitiva, com mandato até março de 2027. Já exercia a função desde agosto de 2025, quando foi escolhido pelos estados para conduzir a fase inicial de estruturação do órgão máximo da Reforma Tributária.



LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO

1º Vice-Presidente do Comitê Gestor do IBS

Luis Felipe tem 38 anos, nasceu e foi criado em São Paulo (SP). É secretário municipal de Fazenda de São Paulo. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Direito pela mesma instituição, possui MBA em Gestão de Finanças Públicas pela Fundação Dom Cabral e especialização em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP.

Formado em Direito, Ciências Contábeis e Matemática, acumula sólida formação acadêmica e vasta experiência em finanças públicas, direito tributário e gestão fiscal. Ocupou os cargos de secretário-adjunto da Fazenda na cidade de São Paulo, entre 2018 e 2023, e de subsecretário do Tesouro Municipal, entre 2014 e 2018.

Procurador municipal desde 2014, foi também membro das carreiras de auditoria na Receita Municipal de São Paulo, de 2010 a 2012, e na Receita Federal do Brasil, de 2009 a 2012.

Em março de 2026, foi eleito 1º vice-presidente do Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, com mandato até março de 2027.



LUIZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES

2º Vice-Presidente do Comitê Gestor do IBS

Luiz Cláudio tem 58 anos e nasceu no Rio de Janeiro (RJ). É auditor federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, atualmente cedido ao Estado de Minas Gerais.

Engenheiro metalúrgico graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é mestre em Engenharia Mecânica pela University of Regina, no Canadá, e possui MBA em Finanças pelo IBMEC.

Atuou como secretário de Estado adjunto de Fazenda de Minas Gerais, secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e diretor de Administração e Finanças no Rioprevidência. Na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), foi gerente de Regimes Especiais e Mercado, coordenador da área de Seguros e gerente de Relacionamento Institucional.

Em março de 2026, foi eleito 2º vice-presidente do Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, com mandato até março de 2027.

Membros Titulares e Suplentes Estaduais

Membro Titular Estadual	Membro Suplente Estadual	Unidade Federada
José Amarísio Freitas	Clóvis Monteiro	Acre
Renata dos Santos	Francisco Suruagy	Alagoas
Jesus Vidal	Robledo Trindade	Amapá
Alex Del Giglio	Nivaldo Mendonça	Amazonas
Manoel Vitorio da Silva Filho	João Batista Aslan	Bahia
Fabrizio Gomes Santos	Liana Maria Machado	Ceará
Valdivino de Oliveira	Anderson Borges	Distrito Federal
Benicio Costa	Rômulo Eugênio Chaves	Espírito Santo
Renata Lacerda Noleto		Goiás
Marcellus Ribeiro Alves	Magno Vasconcelos Pereira	Maranhão
Fábio Fernandes Pimenta		Mato Grosso
Flávio César Mendes de Oliveira	Matheus Segalla Menegaz	Mato Grosso do Sul
Luiz Claudio Gomes	Oswaldo Lage Scavazza	Minas Gerais
René de Oliveira	Eli Sosinho	Pará
Marialvo Laureano dos Santos Filho	Bruno de Sousa Frade	Paraíba
Norberto Ortigara	Juliano Brun Binder	Paraná
Flávio Motta	Cindy Ferreira Barbosa	Pernambuco
Emílio de Oliveira	Maria das Graças Ramos	Piauí
Juliano Pasqual	Thompson Lemos da Silva Neto	Rio de Janeiro
Álvaro Luiz Bezerra	Rodrigo Otávio da Cunha	Rio Grande do Norte
Pricilla Santana	Ricardo Neves Pereira	Rio Grande do Sul
Franco Maegaki Ono	Miguel Abrão Dib Neto	Rondônia
Manoel Freitas	Larissa Góes De Souza	Roraima
Cleverson Siewert	Ramon Santos de Medeiros	Santa Catarina
Samuel Kinoshita	Rogério Campos	São Paulo

Membro Titular Estadual	Membro Suplente Estadual	Unidade Federada
Sarah Andreozzi	Jeová Francisco dos Santos	Sergipe
Donizeth Silva	Paulo Henrique de Souza Vargas	Tocantins

Membros Titulares e Municipais (CNM)

Membro Titular Municipal	Ente de Origem
Guilherme Boeing Ouriques	Brusque/SC
Micael Meurer	Caxias do Sul/RS
Wander Marcondes Moreira Ulhoa	Coronel Fabriciano/MG
Cesar Antônio Dos Santos Barbosa	Jaboatão dos Guararapes/PE
Fernando Bade	Joinville/SC
Meryclis d' Medeiros Batista Rangel	Patos/PB
José Henrique Geraldês Mariani	São José do Rio Preto/SP
Márcia Carvalho da Silva	Jequié/BA
Afonso Reis Duarte	Porto Ferreira/SP
Enio Freitas de Sene	Rio Verde/GO
Maria Josilene Lira Pinto	Santarém/PA
Ivete Mallmann Franke	Sinop/MT
Valeria Messias de Oliveira	Cruzeiro do Sul/AC
Eder Alexandre Pires	Londrina/PR

Membros 1º e 2º Suplentes Municipais (CNM)

Membro 1º Suplente Municipal	Ente de Origem	Membro 2º Suplente Municipal	Ente de Origem
Everson Demarch	Bauru/SP	Moacir Rohr	Chapecó/SC
Fabiana Raquel Oliveira Keller	Venâncio Aires/RS	Daniel Dos Santos Freire	Santana/AP
José Reis Nogueira de Barros	Coração de Jesus/MG	Dalmar Morais Duarte	Lagoa Santa/MG
Kelle Cristina Pereira Silv	Arapiraca/AL	Francisco Alves de Araújo	Bacabal/MA
Evandro Assis Muller	Blumenau/SC	Tiago Nectoux Camargo	Canoas/RS
Jose Ribamar de Araujo Neto	São Miguel do Tapuio/PI	Heitor Santana da Silva	Nossa Senhora do Socorro/SE
Adinalva Maria da Silva Prates	Vila Velha/ES	Roberto Marden Lucena	Barreiras/BA
Rafael Silva Lucen	Imperatriz/MA	Fernando Augusto do Amaral Fernandes Filho	Ilhéus/BA
Renaldo Martins Barreto	São Pedro da Aldeia/RJ	Pedro Luiz de Castro Carvalho Netto	Japeri/RJ
Marcio Henrique Liberali	este - Itaquiraí/MS	Edilson de Oliveira Bezerra Junior	Mossoró/RN
Loenis Fernandes Sirqueir	Porto Nacional/TO	Arlington da Costa Mauricio	Amaturá/AM
Ingrid Soraya de Oliveira Sá	Sobral/CE	Fábio José de Oliveira	este - Primavera do Leste/MT
Anderson Cavalcante Oliveira	Ji-Paraná/RO	Carlos Alberto Araújo de Sousa	Bonfim/RR
José Luis Xavier Pedroza	Pinhais/PR	Roberto Balau Calazans	São Leopoldo/RS



Membros Titulares e Municipais (FNP)

Membro Titular Municipal	Ente de Origem
Luís Felipe Vidal Arellano	São Paulo/SP
Andrea Senko	Rio de Janeiro/RJ
Márcio Cardeal Queiroz da Silva	Fortaleza/CE
Giovanna Guiotti Testa Vicer	Salvador/BA
Pedro Meneguetti	Belo Horizonte/MG
Clécio da Cunha Freire	Manaus/AM
Victor Acir Puppi Stanislawczuk	Curitiba/PR
José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira	Recife/PE
Valdivino José de Oliveira	Goiânia/GO
Aurílio Sérgio Costa Caiado	Campinas/SP
Bruno Sitônio Oliveira	João Pessoa/PB
Michele Patrícia Roncalio	Florianópolis/SC
Henrique Valentim Martins da Silva	Serra/ES

Membros 1º e 2º Suplentes Municipais (FNP)

Membro 1º Suplente Municipal	Ente de Origem	Membro 2º Suplente Municipal	Ente de Origem
Marcos Rodrigues de Matos	Belém/PA	Leonardo de Sá dos Santos	Brasília/DF
Fabício das Neves Dameda	Porto Alegre/RS	Ibrahim Faozi El Kadi	Guarulhos/SP
José de Jesus do Rosário Azzolini	São Luís/MA	Edgar Carneiro Machado Filho	Teresina/PI
João Felipe Alves Borges	Maceió/AL	Marcelo Augusto de Oliveira	Natal/RN
Isaac José de Araújo	Campo Grande/MS	Eduardo Filice Chayb	Uberlândia/MG
Randal Romão Bueno	Santo André/SP	Fernando Oliveira Soares	Ribeirão Preto/SP

Membro 1º Suplente Municipal	Ente de Origem	Membro 2º Suplente Municipal	Ente de Origem
Afonso Rodrigues Taratá Filho	Osasco/SP	Carlos Frederico Pinto e Netto	Contagem/MG
José Nabuco Sobrinho	São José dos Campos/SP	Fernanda Finotti Cordeiro	Juiz de Fora/MG
Sidney Thiago dos Santos	Aracaju/SE	Carlos Eduardo de Paula Rodrigues	Aparecida de Goiânia/GO
César Augusto Barbiero	Niterói/RJ	Vivaldo Barbosa de Araújo Neto	Boa Vista/RR
Ademir Santo Lopes de Souza	Santa Rosa/RS	Lucivane Lima de Freitas	Petrolina/PE
Adriano Luiz Leocadio	Santos/SP	Rodrigo Cardoso Bulhões	Vitória da Conquista/BA
Regis Mattos Teixeira	Vitória/ES	Fábio de Souza Silva	Pelotas/RS

Linha do tempo da nova Reforma Tributária

2019

2019 - EMC 192/2019 - Proposta Comsefaz

O Comsefaz apresentou emenda substitutiva à PEC 45/2019, consolidando, já naquele momento, a proposta inicial dos Estados para a Reforma Tributária sobre consumo. O texto buscou aprimorar o modelo em debate sob a perspectiva federativa, com ênfase na preservação do pacto federativo, na autonomia dos entes subnacionais e na construção de uma solução tributária mais equilibrada para a Federação.

2019-
2022

2019 - Retomada do debate no Congresso

Apresentação das PECs 45/2019 (Câmara) e 110/2019 (Senado), baseadas no modelo IVA. Início da convergência sobre a simplificação da tributação sobre consumo.

2019-2022 - Intensificação do debate técnico

Amadurecimento das discussões e aprimoramento das propostas técnicas.

2023 – Aprovação da Reforma Tributária (marco histórico)

Aprovação da Emenda Constitucional nº 132/2023, considerada a maior mudança no sistema tributário desde 1965. Aprovada na Câmara (julho) e no Senado (novembro), com promulgação no final do ano.

Principais mudanças:

- Criação do modelo de IVA dual: IBS (Estados e Municípios) e CBS (União)
- Criação do Imposto Seletivo (IS)

2023

2024 – Regulamentação inicial

Discussão e aprovação das leis complementares, com definição das regras operacionais e estruturação institucional do novo sistema.

Janeiro: elaboração dos Projetos de Lei via Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo – PAT-RTC Composto por 18 grupos técnicos, envolvendo União, Estados e Municípios para estruturar o novo IVA (IBS/CBS)

Abril: envio do PLP 68/2024 ao Congresso Nacional

Junho: envio do PLP 108/2024 ao Congresso Nacional

Novembro: criação do Pré-Comitê Gestor do CGIBS- criação de acordo de cooperação técnica

Dezembro: aprovação do PLP 68/24 no Congresso Nacional

2024

2025 – Estruturação do novo sistema

- **Janeiro:** sanção do PLP 68/24 - LC 214/25 - Regulamentação do IBS e da CBS
- **Mai:** definição dos 27 representantes estaduais para o Comitê Gestor do IBS
- **Agosto:** instituição do CGIBS provisório e eleição do presidente do CGIBS, Flávio César
- **Dezembro:** aprovação do PLP 108/2024 (LC 227/2026) no Congresso Nacional (16 de dezembro de 2025)
- Início de projetos piloto e desenvolvimento de sistemas

2025

2026 – Ano de transição (fase de testes)

IBS e CBS passam a constar nas notas fiscais (sem cobrança plena), com foco na adaptação de sistemas e contribuintes.

Composição plena do CGIBS (fev/26)

2026

Principais marcos de 2026

13 de janeiro:

- Sanção da Lei Complementar nº 227/2026, que institui o CGIBS
- Lançamento do portal cgibs.gov.br

23 de Janeiro: indicação da FNP de 13 representantes municipais para o CGIBS

27 de janeiro: indicação da CNM de 14 representantes municipais para o CGIBS

9 de fevereiro: posse dos membros do CGIBS

19 de fevereiro: 1ª reunião extraordinária do Conselho Superior (virtual), com criação de seis comissões técnicas

2026

Principais marcos de 2026

3 de março: 1ª reunião ordinária presencial do CGIBS com a convalidação dos atos: formalização jurídica do Comitê, abertura bancária e CNPJ, assinatura do contrato para aquisição do Sisgef, autorização para operação de crédito de R\$150 milhões, aprovação da criação das comissões entre outras medidas.

10 de março: eleição da presidência e vice-presidências do CGIBS

7 de abril: posse da presidência e vice-presidências em solenidade no Congresso Nacional

8 de abril: 2ª Reunião Extraordinária do CGIBS

2026

2027

2027 – Próximos marcos - Transição dos Tributos

- Início da cobrança da CBS
- Extinção de PIS/Cofins e redução do IPI

2029-2032

- Transição gradual do ICMS e ISS para o IBS

2029- 2032

2033

2033

- Implementação completa do novo sistema
- Extinção definitiva do ICMS e do ISS



CGIBS

COMITÊ GESTOR DO IMPOSTO
SOBRE BENS E SERVIÇOS

CGIBS inicia nova fase na governança da Reforma Tributária com posse de diretoria e avanços operacionais

Brasília, 7 de abril de 2026 - O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) consolida hoje um dos pilares centrais da Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil. Em cerimônia realizada no Salão Negro do Congresso Nacional, toma posse a nova presidência do Conselho Superior do CGIBS, instância máxima de deliberação da entidade. O evento marca a transição da fase de planejamento institucional para a implementação técnica e operacional do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O que é o CGIBS: autonomia e pacto federativo

O CGIBS é uma entidade pública de natureza federativa, autônoma e intergovernamental. Sua criação responde a coordenação federativa do IBS, com tributo de competência compartilhada entre estados e municípios instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

O Comitê é uma entidade sui generis, de regime especial, com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira, sem qualquer subordinação hierárquica a outros ministérios ou secretarias. A composição paritária do Conselho Superior, com representantes (27 estaduais e 27 municipais) assegura o equilíbrio de forças no novo pacto federativo.

Marcos da estruturação institucional

O CGIBS tem avançado na construção de sua estrutura institucional e operacional, consolidando etapas centrais da implementação da reforma tributária do consumo.

Entre os principais marcos está a sanção da Lei Complementar nº 227, em 13 de janeiro de 2026, que instituiu formalmente o Comitê. Em 9 de fevereiro, foi realizada a posse dos 81 representantes municipais no Conselho Superior, dando início a uma nova fase da governança federativa do IBS.

No processo de estruturação inicial do CGIBS, o Conselho Superior instituiu seis comissões de trabalho de caráter transitório, destinadas a apoiar a organização e o funcionamento da entidade em sua fase de instalação. Essas comissões foram concebidas como instâncias preparatórias, com a função de subsidiar os trabalhos iniciais do Comitê até a aprovação do regimento interno definitivo e a instalação das diretorias permanentes previstas em lei. São elas:

- Comissão de Trabalho Administrativo (CT-ADM);
- Comissão Jurídica (CT-JUR);
- Comissão do Regimento Interno (CT-REG);
- Comissão do Regulamento do IBS (CT-RIBS);
- Comissão Operacional (CT-OPE) e;
- Comissão do Tesouro (CT-TES).

Nova Gestão e Governança (Ciclo 2026-2027)

Dando continuidade aos trabalhos, no dia 10 de março de 2026, de forma virtual, os 51 membros titulares do CGIBS se reuniram virtualmente para a realização da eleição presidencial do novo órgão.

Foram eleitos:

- **Presidente:** Flávio César Mendes de Oliveira (Secretário de Fazenda de Mato Grosso do Sul).
- **1 Vice-presidente:** Luis Felipe Vidal Arellano (Secretário da Fazenda do Município de São Paulo).
- **2 Vice-presidente:** Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes (Secretário de Fazenda de Minas Gerais).

A composição aprovada pelo Conselho Superior segue o modelo de governança definido pela Lei Complementar nº 227/2026, que estruturou o CGIBS com base na paridade entre Estados e Municípios. Por esse modelo, a presidência e as vice-presidências são distribuídas de modo a garantir equilíbrio entre as duas esferas federativas, com revezamento dos cargos ao longo do tempo.

Agenda de trabalho

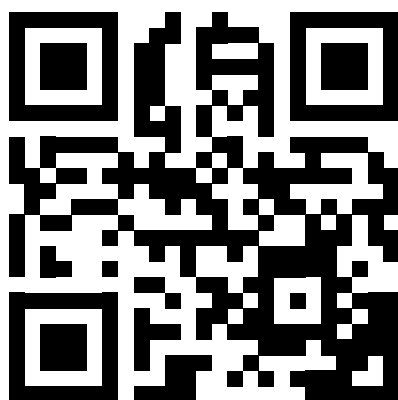
Após a posse, o Conselho Superior dará continuidade às atividades com reunião presencial no dia 8 de abril, na sede do Banco do Brasil, em Brasília. O encontro reunirá os 54 membros titulares e terá como objetivo avançar nas pautas administrativas necessárias à estruturação e funcionamento do Comitê.

Instrumentos operacionais

Entre as iniciativas da nova entidade também está o lançamento do Portal de Serviços do CGIBS, disponível desde 13 de janeiro de 2026. A plataforma foi concebida como o principal canal de interação entre o novo modelo tributário, os contribuintes e os entes federativos. Nesta etapa inicial, o portal reúne conteúdos institucionais, perguntas frequentes, informações técnicas sobre o IBS e um Serviço de Atendimento ao Contribuinte (SAC), ainda em fase piloto. O acesso ao atendimento está restrito, por enquanto, às cerca de 134 empresas participantes do projeto piloto do imposto.

Além do suporte às empresas, o sistema também foi estruturado para atender estados e municípios. Está prevista a criação de uma área específica para entes federativos, com acesso restrito, consultas e integração direta com o sistema do IBS.

O Comitê planeja ampliar gradualmente as funcionalidades do portal ao longo de 2026, com a inclusão de novos módulos, expansão do acesso aos serviços e lançamento de um chatbot para atendimento automatizado, previsto para o primeiro trimestre. As iniciativas integram a fase inicial de implementação da reforma tributária do consumo, que prevê um período de transição até 2032.



Acesse o site do CGIBS
cgibs.gov.br